

Políticas públicas voltadas para a fitoterapia com ênfase na odontologia

Public policies focused on phytotherapy with emphasis on dentistry

Políticas públicas enfocadas en fitoterapia con énfasis en odontología

Recebido: 13/06/2022 | Revisado: 20/06/2022 | Aceito: 28/06/2022 | Publicado: 07/07/2022

Marco Aurélio Carmona Augusco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9237-8611>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: aurelio.pmw@gmail.com

Daniela Rezende Abram Sarri

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8636-3245>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: daniela.abram2018@gmail.com

Elisandra Scapin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7506-308X>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: scapin@uft.edu.br

Resumo

Sabe-se que políticas públicas voltadas à fitoterapia estão em fase de expansão no Brasil. Diversas Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde implantaram programas de Fitoterapia na atenção primária à saúde, facilitando acesso da população às plantas medicinais e fitoterápicos, suprimindo carências medicamentosas e melhorando a qualidade de vida das comunidades menos favorecidas. O descobrimento de plantas com ação na odontologia tem despertado importância na comunidade científica. Encontrar provas científicas do efeito destas plantas é de grande importância para odontologia. Assim, o objetivo desse artigo visa realização de levantamento na literatura das políticas públicas voltadas a fitoterapia com ênfase na odontologia, periódicos da área da saúde; artigos específicos da temática, nos idiomas português, inglês e espanhol, com as palavras-chave: Políticas Públicas, Fitoterapia e Odontologia. Foi realizada uma revisão de literatura nacional e internacional, incluindo trabalhos entre 2012 e 2022, publicações indexadas na SciFinder, BVS, Pubmed, SCIELO, Lilacs, Science Direct e Google acadêmico. Durante a busca encontrou-se inicialmente 52 artigos, contudo estavam disponíveis na íntegra 38 artigos. Retirou-se artigos que tratam superficialmente da temática, restando 30. Dos estudos analisados submergiram categorias: Políticas públicas na fitoterapia; política nacional de plantas medicinais na odontologia; e o uso de plantas medicinais no Tocantins. Observou-se que, ampliar a importância das políticas públicas na fitoterapia no Brasil promove a saúde pública e aumenta a promoção do uso das plantas medicinais e fitoterápicos. Assim, é indispensável aos profissionais da área da saúde, principalmente cirurgiões-dentistas, conhecer indicações fitoterápicas contra patologias orais, fortalecendo a utilização pelo sistema público de saúde.

Palavras-chave: Cirurgião-dentista; Saúde bucal; Plantas medicinais; Políticas de saúde.

Abstract

It is known that public policies aimed at phytotherapy are expanding in Brazil. Several State and Municipal Health Departments have implemented Phytotherapy programs in primary health care, facilitating the population's access to medicinal plants and herbal medicines, filling drug shortages and improving the quality of life of disadvantaged communities. The discovery of plants with action in dentistry has aroused importance in the scientific community. Finding scientific evidence of the effect of these plants is of great importance for dentistry. Thus, the objective of this article is to carry out a survey in the literature of public policies aimed at phytotherapy with an emphasis on dentistry, health journals; specific articles on the subject, in Portuguese, English and Spanish, with the keywords: Public Policies, Phytotherapy and Dentistry. A review of national and international literature was carried out, including works between 2012 and 2022, publications indexed in SciFinder, BVS, Pubmed, SCIELO, Lilacs, Science Direct and Google academic. During the search, 52 articles were initially found, however, 38 articles were available in full. Articles that deal superficially with the theme were removed, leaving 30. From the analyzed studies, categories submerged: Public policies in phytotherapy; national policy on medicinal plants in dentistry; and the use of medicinal plants in Tocantins. It was observed that increasing the importance of public policies in phytotherapy in Brazil promotes public health and increases the promotion of the use of medicinal plants and herbal medicines. Thus, it is essential for health professionals, especially dentists, to know herbal indications against oral pathologies, strengthening their use by the public health system.

Keywords: Dentist; Oral health; Medicinal plants; Health policies.

Resumen

Se sabe que las políticas públicas dirigidas a la fitoterapia se están expandiendo en Brasil. Varias Secretarías de Salud Estatales y Municipales han implementado programas de Fitoterapia en la atención primaria de salud, facilitando el acceso de la población a plantas medicinales y fitoterápicos, cubriendo el desabastecimiento de medicamentos y mejorando la calidad de vida de comunidades desfavorecidas. El descubrimiento de plantas con acción en odontología ha despertado importancia en la comunidad científica. Encontrar evidencia científica del efecto de estas plantas es de gran importancia para la odontología. Así, el objetivo de este artículo es realizar un levantamiento en la literatura de políticas públicas dirigidas a la fitoterapia con énfasis en odontología, revistas de salud; artículos específicos sobre el tema, en portugués, inglés y español, con las palabras clave: Políticas Públicas, Fitoterapia y Odontología. Se realizó una revisión de literatura nacional e internacional, incluyendo trabajos entre 2012 y 2022, publicaciones indexadas en SciFinder, BVS, Pubmed, SCIELO, Lilacs, Science Direct y Google académico. Durante la búsqueda, inicialmente se encontraron 52 artículos, sin embargo, 38 artículos estaban disponibles en su totalidad. Los artículos que tratan superficialmente el tema fueron eliminados, quedando 30. De los estudios analizados, se sumergieron las categorías: Políticas públicas en fitoterapia; política nacional de plantas medicinales en odontología; y el uso de plantas medicinales en Tocantins. Se observó que aumentar la importancia de las políticas públicas en fitoterapia en Brasil promueve la salud pública y aumenta la promoción del uso de plantas medicinales y fitoterápicos. Por lo tanto, es fundamental que los profesionales de la salud, especialmente los odontólogos, conozcan las indicaciones de las hierbas contra las patologías orales, fortaleciendo su uso por parte del sistema de salud pública.

Palabras clave: Odontólogo; Salud bucal; Plantas medicinales; Políticas de salud.

1. Introdução

Compreende-se as políticas públicas como o conjunto de ações desempenhadas pelo Estado e seus atuantes, com o envolvimento ou não da sociedade, visando garantir os programas e linhas de financiamentos e os direitos sociais previstos em lei. Dentre estas políticas, estão as políticas públicas voltadas à saúde que traz como fatores decisivos e condicionantes, entre outros o lazer e o acesso aos bens e aos serviços essenciais, a educação, o transporte, o trabalho, a renda, a alimentação, a moradia, o meio ambiente e o saneamento básico (Souza & Batista, 2012).

As políticas públicas voltadas às plantas medicinais e fitoterápicas foram preparadas para contemplar, entre outros, a cadeia produtiva e o uso dessas plantas objetivando, assim, um projeto conjunto entre órgãos governamentais e não governamentais para o desenvolvimento do setor (Brasil, 2006).

A utilização da fitoterapia pelo sistema público de saúde brasileiro visa o resgate da cultura tradicional do uso das plantas medicinais pela população; a prevenção de agravos; a promoção, manutenção e recuperação da saúde; e a ampliação do seu acesso (Cavalcanti et al., 2021).

As ervas medicinais podem ser consideradas como coadjuvantes terapêuticos de forma aliada no processo de prevenção e tratamento de algumas doenças. A fitoterapia pode e deve ser entendida como um campo de intercâmbio de sabedorias e práticas que elevam saberes locais, os recursos culturais, a preservação das riquezas naturais e da biodiversidade além de enriquecer as possibilidades terapêuticas, propicia a socialização da pesquisa científica, ampliando a visão crítica na população sobre o uso de plantas medicinais de maneira eficaz e segura (Amaral et al., 2021).

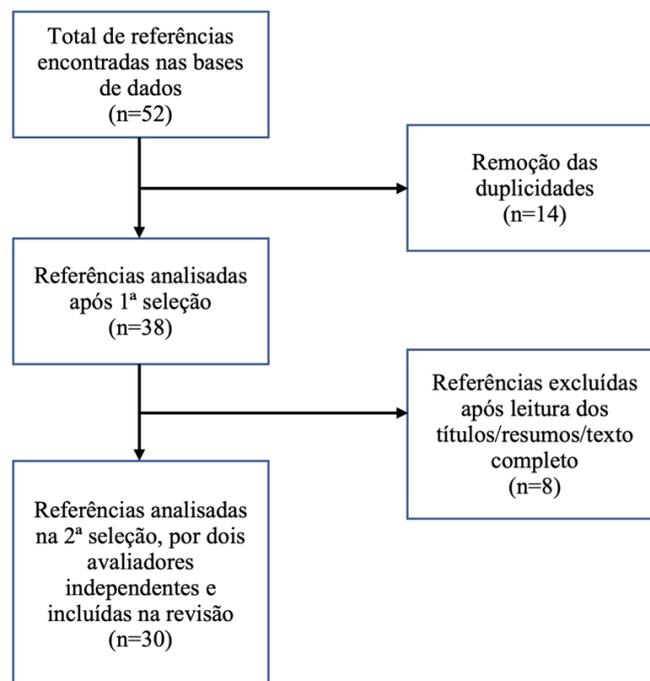
Apesar do uso da fitoterapia ser milenar, a utilização de plantas medicinais na Odontologia, para tratar doenças bucais ou para tratar doenças sistêmicas com manifestações bucais ainda é pouco explorada (Varoni et al., 2012). Entretanto, nos últimos anos as pesquisas relacionadas aos produtos naturais cresceram significativamente frente ao aumento pela busca por produtos com menor toxicidade, maior atividade farmacológica e biocompatíveis, além de custos mais acessíveis à população (Machado & Oliveira, 2014).

Sendo assim, esse trabalho visa a realização de um levantamento, através da literatura, das políticas publicas voltadas para a fitoterapia com ênfase na odontologia.

2. Metodologia

Esta revisão de literatura do tipo sistemática foi baseada na metodologia de Galvão et al., (2015). Como critério de inclusão utilizou-se artigos nacionais e internacionais; artigos com publicação entre o período de 2012 e 2022; periódicos da área da saúde; artigos específicos da temática, nos idiomas português, inglês e espanhol, com as palavras-chave: Políticas Públicas, Fitoterapia e Odontologia. Publicações em bases de dados indexadas na SciFinder, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Pubmed, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Lilacs, Science Direct e Google acadêmico. Com o intuito de responder os objetivos propostos foram selecionados artigos que enfatizam a temática abordada nesse trabalho. Como critérios de exclusão, foram excluídas todas os trabalhos em duplicidades, tendo em vista as bases de dados adotadas. Finalmente, foram suprimidos todos os trabalhos que não tratassem sobre o tema principal, que estavam fora do recorte temporal (2012 a 2022) apontado e os que estavam escritos em outros idiomas que não o português, inglês ou espanhol. Durante a busca nas bases de dados foram encontrados inicialmente 52 artigos, contudo estavam disponíveis 38 artigos após exclusão por duplicidade. Excluídos os textos que não obedeceram aos critérios de inclusão foram selecionados 30 artigos. As informações sobre os resultados da pesquisa e do refinamento são apresentadas no Fluxograma 1.

Fluxograma 1: Etapas seguidas na seleção dos estudos incluídos na presente revisão de literatura.



Fonte: Autores.

3. Revisão da Literatura

Dos estudos analisados submergiram categorias que serão relatadas a seguir: políticas públicas na fitoterapia; política nacional de plantas medicinais na odontologia; e o uso de plantas medicinais no Tocantins.

3.1 Políticas públicas na fitoterapia

No âmbito da saúde, a política pública vigente no Brasil recomenda a promoção da popularização do uso de plantas medicinais e fitoterapia na atenção primária, entretanto, com eficácia, segurança e práticas de conservação da biodiversidade medicinal (Amaral et al., 2021). Um dos fatores que contribui com esta questão no País é a geração de conhecimento sobre os princípios ativos da matéria prima nos vários biomas e seus respectivos ecossistemas, principalmente devido à grande extensão

territorial e plantas obtidas de várias localidades, levando a dificuldades relacionadas ao controle de qualidade dessas opções terapêuticas (Bessa et al., 2013; Souza & Batista, 2012).

A crescente procura por métodos terapêuticos alternativos, fez com que se introduzisse no país a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterapia (PNPMF), aprovada através do decreto nº 5.813 (Brasil, 2006) que estabelece as diretrizes e linhas básicas para o uso racional de plantas medicinais. Além disso, considera a utilização das plantas medicinais como uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego e renda, uso sustentável da biodiversidade brasileira, avanço tecnológico e melhoria da atenção à saúde da população brasileira (Brasil, 2006).

Enquanto a PNPMF tem como finalidade estabelecer as diretrizes para a atuação do governo na área de plantas medicinais e fitoterápicos, ela constitui, também, parte essencial das políticas públicas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento econômico e social como um dos elementos fundamentais de transversalidade na implementação de ações capazes de promover melhorias na qualidade de vida da população brasileira (Brasil, 2006). Um marco histórico, pois além de se firmar como uma política de saúde pública tem caráter ambiental, científico, social e econômico.

Os princípios do programa englobam a regulamentação do manejo, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos; a formação técnico-científica e capacitação na área de plantas medicinais e fitoterápicos; a capacitação e formação de recursos humanos para pesquisas, tecnologias e inovação em plantas medicinais e fitoterápicos; estratégias de comunicação e divulgação do setor de plantas medicinais e fitoterápicos; o fomento a pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação com base na biodiversidade brasileira; o incentivo ao cultivo e produção de fitoterápicos; ações para promover o acesso seguro e racional, a eficácia e a qualidade das plantas medicinais e fitoterápicos, dentre outras (Brasil, 2008). Essas diretrizes estão em consonância com a PNPMF e com as estratégias da atenção primária à saúde, além de promover o desenvolvimento de ações voltadas para os medicamentos da biodiversidade e são importantes para melhoria dos serviços ofertados pelo SUS no âmbito das plantas medicinais e fitoterápicos.

Em 2008, o Ministério da Saúde criou a Relação Nacional de Plantas Mediciniais de interesse ao SUS (RENASUS). Nessa lista, constam 71 espécies de plantas já utilizadas nos serviços de saúde estaduais e municipais, no conhecimento tradicional e popular e em estudos químicos e farmacológicos. Essas espécies têm potencial de avançar nas etapas produtivas e de gerar produtos de interesse ao SUS. A finalidade da RENASUS é orientar estudos e pesquisas que possam subsidiar a elaboração de elenco de plantas medicinais e fitoterápicas a serem disponibilizados para uso da população, com segurança e eficácia para o tratamento de determinadas doenças (Andrade, 2018; Brasil, 2019a).

A prática de introdução das plantas medicinais no sistema único de saúde pode ser observada em alguns projetos e resoluções como, a Resolução Ciplan de 1988, que regulamenta o uso dessas plantas medicinais no serviço público de saúde; a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares na saúde (PNPIC) publicada a partir da portaria nº 971 de 3 de maio de 2006, que visa estimular o uso de práticas alternativas, dentre eles os fitoterápicos, como forma terapêutica; e o Programa Farmácia Viva de 2010, que fortalece a relação dos profissionais de saúde com os usuários do SUS. Essas e outras medidas são fundamentais para o crescimento e a aceitação do uso dos fitoterápicos e plantas medicinais pelos pacientes e profissionais (Brasil, 2006).

Em 2011, foi publicada a 1ª edição do Formulário Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira. Nele são reconhecidas as formulações de plantas relacionadas, servindo como referência para o sistema de notificação de Produtos Tradicionais Fitoterápicos da Anvisa. Em 2018, a publicação de um Primeiro Suplemento do Formulário Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira visa promover a revisão e atualização periódica da Farmacopeia Brasileira. Deste modo, a inclusão de espécies nativas no formulário está em consonância com a diretriz 7.3 do PNPMF de "Fomentar a realização de pesquisas, visando à ampliação do número de espécies nativas da flora brasileira na Farmacopeia Brasileira", estando, ainda, em consonância com a

Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no Sistema Único de Saúde, com a Política Nacional de Medicamentos e com a Política Nacional de Assistência Farmacêutica (Brasil, 2019b).

Datada de 2018, sua última atualização, é uma política em processo contínuo de inclusão de práticas alternativas e complementares em saúde, sendo, portanto, necessária para fortalecer os conhecimentos tradicionais e para o desenvolvimento de tratamentos alternativos no SUS (Barros et al., 2018). A inserção de políticas envoltas na medicina tradicional é um movimento observado em todo Brasil e tem apresentado vários resultados sejam eles positivos ou não, principalmente dentro da atenção primária em saúde do sistema de saúde público brasileiro. Contudo, apresenta-se como um desafio frente à gestão e equipes multiprofissionais quando da sua implementação (Plácido et al., 2019).

Questões relativas ao déficit de conhecimento dos profissionais de saúde perante os tratamentos e a descredibilidade destas alternativas têm sido as mais citadas entre os pesquisadores da área de trabalho em saúde. Certamente há várias justificativas para estes achados, o que deve ser sempre observado na implementação desta política dentro dos serviços de atenção à saúde, abrindo espaço para discussão entre os envolvidos no processo a fim de identificar as melhores alternativas para resultados satisfatórios. Por certo, é necessário construir essas ações pela compreensão de cada realidade por meio dos cenários, suas dinâmicas e peculiaridades (Silva & Feitosa, 2018).

É uma política de saúde relevante dentro do cenário da Amazônia, haja vista que é uma região que possui uma riqueza na sua biodiversidade, povos, populações e comunidades que apresentam particularidades quanto as crenças, costumes e valores que são repassados entre as gerações. Desta forma é indiscutível a importância desta política inclusive como meio para o protagonismo de povos e populações frente aos conhecimentos e, possibilitando que o itinerário terapêutico, sejam considerados suas escolhas pelo modo de vida (Pereira & Coelho-Ferreira, 2017).

Por certo, o fortalecimento de práticas alternativas no SUS possibilita que por meio destes saberes a inter-relação entre profissionais e comunidades seja mais estreita. Certamente que o ponto inicial é diminuir os vários problemas apontados pelas ações já observadas em todo o país, inclusive da medicalização imposta pelo modelo biomédico (Silva & Feitosa, 2018). Contudo, percebe-se pelos seus delineamentos que o fortalecimento da atenção básica estimula o controle e participação social, além de estimular “alternativas inovadoras e socialmente contributivas ao desenvolvimento sustentável de comunidades” como prevista na legislação da PNPIC (Brasil, 2006), além de resgatar a cultura do uso das plantas medicinais, ampliar seu acesso, prevenir agravos e estimular a promoção, manutenção e recuperação da saúde (Cavalcanti et al., 2021).

3.2 Política nacional de plantas medicinais na odontologia

Na área de competência do cirurgião-dentista, a Resolução 82/2008 do Conselho Federal de Odontologia em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), regulamentou o exercício de práticas integrativas e complementares à saúde bucal. Nesta regulamentação foram incorporados os conhecimentos técnicos, científicos e culturais necessários ao pleno desempenho do exercício profissional (CFO, 2008).

Entretanto a inclusão da fitoterapia nos procedimentos odontológicos clínicos de rotina ainda consiste em um desafio a ser superado, mesmo o cirurgião-dentista estando apto a prescrever e se utilizar das Práticas Integrativas e Complementares à saúde bucal em benefício dos seus pacientes (Varoni et al., 2012). A própria OMS tem dado grande incentivo no desenvolvimento de pesquisas científicas para essa alternativa terapêutica, devido ao seu baixo custo e fácil acesso (Lins et al., 2013; Machado & Oliveira, 2014).

A busca do conhecimento científico motivado pelo saber popular é de extrema importância para que sejam mais bem compreendidos os efeitos das plantas medicinais e assim contribuam de forma efetiva em todos os campos da assistência à saúde, incluindo a odontologia (Reis et al., 2014).

Em pesquisa sobre conhecimentos, atitudes e práticas de Cirurgiões-Dentistas sobre a fitoterapia em odontologia, segundo Reis et al. (2014), cerca de 16% dos 105 Cirurgiões-Dentistas entrevistados, da cidade de Anápolis-GO, afirmaram que tiveram embasamento teórico acerca da fitoterapia e, destes, metade (50%) relatou ter tido este conteúdo básico na graduação. Um percentual de 72,5% dos participantes alegou desconhecimento acerca da Portaria nº 971/2006 (criação da PNPIC), além de encontrar uma ligação proporcional e direta entre aqueles profissionais que conheciam a portaria e os profissionais que utilizavam a fitoterapia no seu trabalho. A pesquisa também apresenta que, quanto à opinião sobre os fatores que dificultam a inclusão dos fitoterápicos no âmbito da Odontologia, os mais mencionados foram o desconhecimento, deficiência da matéria na graduação, a ausência de pesquisas e a falta de divulgação.

Sobre a inclusão no ensino acerca da temática das plantas medicinais e fitoterápicos é analisado por Feitosa, Soares, Borges, Andrade e Costa (2016), quando objetivaram verificar a opinião de acadêmicos da Saúde sobre a inserção do conteúdo de fitoterapia nos cursos de graduação (enfermagem, medicina e odontologia). Os pesquisadores concluíram que os estudantes são favoráveis à inserção da fitoterapia no currículo da graduação, embora desconheçam a PNPIC, regulamentada para a conjuntura do sistema de saúde do Brasil.

Em um estudo quali-quantitativo, Fontenele, Sousa, Carvalho e Oliveira (2013) objetivaram conhecer a percepção de 8 gestores em saúde e 68 profissionais da estratégia da saúde da família (36 enfermeiros, 18 médicos e 14 odontólogos) de Teresina, Piauí, sobre a inserção da fitoterapia na atenção básica. Os entrevistados conhecem a institucionalização da fitoterapia; fazem uso pessoal deste recurso terapêutico e o conhecimento popular é a forma de conhecimento predominante. Reconhecem a deficiência na formação técnica em fitoterapia dos profissionais de saúde e no conhecimento das políticas que envolvem o tema. Os gestores demonstraram plena abertura para a discussão do assunto, enumerando estratégias, justificativas e dificuldades de ordem política e estrutural. Dessa forma, sabem da importância da discussão sobre a fitoterapia para a ampliação das ofertas de cuidado na atenção básica.

A propósito da aplicabilidade de espécies vegetais nos problemas patológicos bucais, Evangelista, Sampaio, Parente e Bandeira (2013) realizaram um levantamento na cidade de Manaus-AM com usuários e cirurgiões-dentistas do sistema público de saúde. Entre os cirurgiões-dentistas e entre os pacientes, apenas 8% e 7,61%, respectivamente, utilizaram plantas medicinais para o tratamento das alterações patológicas orais. Os autores concluíram que apesar da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), novas políticas públicas de saúde devem inserir plantas medicinais e fitoterápicos de uso oral na rede pública de saúde.

Silva Júnior et al. (2021) propuseram realizar uma revisão de literatura sobre os fitoterápicos de interesse à odontologia e sua aplicação prática. Para tanto, realizaram uma revisão da literatura com artigos publicados nas plataformas Scielo, Lilacs, Medline, BBO e Plataforma Capes, entre os meses de maio e outubro de 2020. A partir da revisão de literatura efetuada, identificaram doze fitoterápicos que possuem ação terapêutica com inúmeras pesquisas científicas desenvolvidas nas últimas décadas, representando uma opção terapêutica para a Odontologia. Este estudo ainda evidenciou uma baixa ocorrência de pesquisas, em caráter de revisão, voltadas a estudar as evidências sobre o uso da fitoterapia no tratamento de patologias dentárias e orais. Além disso, a divulgação desses resultados pode auxiliar com que mais cirurgiões-dentistas passem a conhecer os benefícios da utilização de tais medicamentos, ampliando a sua distribuição.

3.3 O uso de plantas medicinais no Tocantins

O Tocantins é um estado pertencente à Amazônia Legal, localizado em uma região de transição entre os biomas cerrado e floresta amazônica, o que assegura uma grande diversidade de elementos da fauna e da flora local. O Estado tem área total de 277.720 km² (3,26% do território nacional e 7,17% da região Norte). O bioma Cerrado ocupa cerca de 91% da área do

Estado, sendo os demais 9% ocupados pelo bioma Amazônia (IBGE, 2018). É uma região única que concentra uma ampla diversidade de plantas com grandes probabilidades na descoberta de novos fármacos (Simonetti, 2019).

Um levantamento etnobotânico e etnofarmacológico orientam a busca por espécies de plantas e seus constituintes fotoquímicos relacionados de forma a justificar o uso medicinal popular e futuros estudos de bioprospecção envolvendo espécies de plantas medicinais promissoras e nativas do Cerrado e Amazônica, biomas pertencentes ao Estado do Tocantins e prioritários para a conservação da biodiversidade (Bessa et al., 2013).

Com o objetivo de investigar as plantas medicinais cultivadas e utilizadas na comunidade Santa Helena, município de Axixá/TO, Barros, Sousa e Fernandes (2017) aplicaram entrevistas semiestruturadas aos moradores da localidade a fim de coletar informações sobre o conhecimento botânico tradicional local. Os resultados obtidos mostraram que o uso de plantas medicinais ainda é uma importante solução utilizada para a manutenção da saúde da comunidade pesquisada que, apesar de existirem agentes de saúde que visitam a comunidade, o uso dos medicamentos caseiros ainda é uma opção de ajuda para o tratamento de suas enfermidades mais comuns (Barros et al., 2017).

As investigações etnobotânicas têm sido a principal investida reconhecida por especialistas em todo o mundo, como uma tática de escolha de plantas medicinais. Com este enfoque, Martins, dos Santos e do Nascimento (2020) realizaram um estudo com o objetivo de registrar o conhecimento popular das plantas medicinais utilizadas pela população do município de Tocantinópolis - TO, verificando as indicações terapêuticas, parte utilizada e o modo de preparo das plantas. Foram registradas 34 espécies de plantas medicinais no município tendo como parte mais utilizada a folha e o modo do preparo mais utilizado foi o chá. Além disso, comprovou-se um amplo conhecimento sobre as plantas medicinais por parte da população que trabalha com o uso destas plantas com potenciais estudos futuros para a realização de pesquisas sobre atividade etnofarmacológica, além da preservação da cultura popular e o incentivo às políticas públicas para a fitoterapia.

A procura crescente por métodos terapêuticos alternativos fez com que se aumentassem no país projetos de farmácias vivas e hortas comunitárias, bem como políticas públicas que regularizam o uso de plantas fitoterápicas pela população e profissionais da saúde. Desse modo, Gratão et al. (2015) realizaram um trabalho com o objetivo de realizar um levantamento situacional das hortas comunitárias do município de Palmas-TO, assim como conferir as condições de manuseio e produção de hortaliças e plantas medicinais. Realizaram uma pesquisa com 38 beneficiários das hortas com o auxílio de um questionário semiestruturado e observação da estrutura física das hortas, técnicas e ferramentas de manejo. Foi observado que apesar do objetivo do projeto das hortas comunitárias ter sido alcançado em parte, falta apoio e orientação aos beneficiários pelos profissionais da saúde além de apoio governamental, a fim de promover melhor qualidade na alimentação e disponibilizar uma terapêutica alternativa mais acessível através das plantas medicinais.

Souza Júnior et al. (2020) realizaram um levantamento etnofarmacológico objetivando registrar o conhecimento popular das plantas medicinais no município de Palmas – TO. Uma das fontes de informação para as pesquisas etnodirigidas foram pessoas que possuem o saber popular como raizeiros, benzedeiros, comerciantes de feiras livres, mercados populares e hortas, pois nelas são encontradas informações sobre o uso de muitas plantas medicinais que possuem um valor estritamente regional. Foram registradas 163 espécies de plantas medicinais, distribuídas em 79 famílias botânicas. Este estudo comprova um extenso conhecimento da população analisada sobre as plantas medicinais, possibilitando através de novas investigações a descoberta de novos medicamentos, bem como a preservação da cultura popular, além de incentivar políticas públicas para o uso seguro desse rico conhecimento tradicional.

Maia e Viana (2019) buscaram compreender, em seu estudo, análises etnobotânicas do Estado do Tocantins a partir da pesquisa qualitativa com ferramentas de pesquisa bibliográfica com a abordagem de temas como farmacologia e plantas medicinais, levantamento florístico e metodologia pedagógica para o ensino de botânica. Os autores encontraram onze textos com essas características. Concluíram que a pesquisa etnobotânica sobre o Tocantins trás estudos com plantas medicinais, além

de levantamentos de usos. Nos estudos que destacaram as terapêuticas das plantas não se buscou somente o elemento curativo, mas também a relação da comunidade com a doença/enfermidade, com as partes utilizáveis das plantas, com a dosagem, com as plantas “proibidas”, e também com o respeito e a relação simbólica de povo que está-no-mundo. Bem como se destacou a necessidade de registros e respeito à propriedade intelectual dos povos sobre seus saberes curativos em caso de produção de novas drogas.

Sobre as plantas medicinais, os idosos trazem consigo informações empíricas dotadas de experiência proporcional a sua idade. Assim, Ribeiro e Gonçalves (2013) buscaram identificar o uso e a indicação terapêutica de plantas medicinais empregadas pelos idosos do município de Gurupi-TO e analisar a conduta da associação das plantas medicinais e terapias medicamentosas na perspectiva de contribuir com a segurança e qualidade dessa opção terapêutica na integralização da atenção primária a saúde. Como resultado, encontraram que a conduta do idoso mostrou-se de risco para a saúde, pois a maioria não informa ao médico a associação de medicamentos alopáticos com plantas medicinais. A utilização de plantas medicinais de forma inadequada causa desordens importantes para a saúde humana e contribui para um problema de saúde pública.

4. Conclusão

Diante da pesquisa, ficou evidente que o Brasil tem investido em programas que englobam: a regulamentação do manejo, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos e no incentivo ao cultivo e produção de fitoterápicos. Além disso, impulsionar a formação técnico-científica e capacitação na área de plantas medicinais, capacitar e formar recursos humanos qualificados para a realização de pesquisas, desenvolvimento tecnológico e inovação com base na biodiversidade brasileira e promover ações para gerar o acesso seguro e racional aos fitoterápicos é de extrema importância para uma política pública inclusiva e universal.

Do mesmo modo, é imprescindível que os profissionais da área da saúde, principalmente cirurgiões-dentistas, conheçam as indicações dos fitoterápicos contra patologias orais, pois esse conhecimento fortalece a inclusão destes medicamentos e faz com que outros também possam ser contemplados na utilização pelo sistema público. Assim, ampliar a importância das políticas públicas na fitoterapia vigentes no Brasil promove a saúde pública e aumenta a promoção do uso das plantas medicinais e fitoterápicos, justificando as pesquisas nessa área. O conhecimento sobre a fitoterapia na odontologia e as políticas públicas é de suma importância para os futuros estudos, pois se desperta para uma consciência mais social e atitudes transformadoras para a sociedade.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Universidade Federal do Tocantins (UFT) pelo apoio recebido. Esta publicação recebeu apoio financeiro do EDITAL N° 40/2021 da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) da UFT.

Referências

- Amaral, A. S. do., Chagas, A. L. S., Pereira, J. M. D. A., & Carvalho, M. S. N. D. (2021). Os reflexos da fitoterapia frente ao conhecimento popular e científico. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, 2(4), 226.
- Andrade, F. S. (2018). O uso de plantas medicinais e fitoterápicos em unidades do SUS no município de São Felipe – BA. (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira – BA, Brasil.
- Barros, A. P., Sousa, R. R., & Fernandes, L. P. (2017). Uso medicinal de plantas na comunidade de Santa Helena, Axixá–Tocantins. *Revista Craibeiras de Agroecologia*, 1(1).
- Barros, N. F. D., Spadacio, C., & Costa, M. V. D. (2018). Trabalho interprofissional e as Práticas Integrativas e Complementares no contexto da Atenção Primária à Saúde: potenciais e desafios. *Saúde em Debate*, 42, 163-173.

- Bessa, N. G. F., Borges, J. C. M., Beserra, F. P., Carvalho, R. H. A., Pereira, M. A. B., Fagundes, R., & Alves, A. (2013). Prospecção fitoquímica preliminar de plantas nativas do cerrado de uso popular medicinal pela comunidade rural do assentamento vale verde-Tocantins. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, 15(4), 692-707.
- Brasil. (2019b). Linha do Tempo - Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Ministério da Saúde. <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-plantas-mediciniais-e-fitoterapicos-ppnmpf/plantas-mediciniais-e-fitoterapicos-no-sus>.
- Brasil. (2008). Ministério da Saúde. Portaria No 2.960 de 09 de dezembro de 2008. Aprova o Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos. Brasília, DF, Brasil.
- Brasil. (2006). Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos, Brasília, DF, Brasil.
- Brasil. (2019a). Plantas Mediciniais e Fitoterápicos no SUS. Ministério da Saúde. <https://www.saude.gov.br/acoes-e-programas/programa-nacional-de-plantas-mediciniais-e-fitoterapicos-ppnmpf/plantas-mediciniais-e-fitoterapicos-no-sus/linha-do-tempo-plantas-mediciniais-e-fitoterapicos>.
- Cavalcanti, J. T. F., da Silva Candido, T. R., da Silva, T. F. M. G., & Lins, U. M. D. B. L. (2021). A utilização e importância da fitoterapia como política pública de saúde. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, 2(3), 17-17.
- CFO – Conselho Federal De Odontologia. (2008). Resolução n. 82/12008 de 25 de setembro de 2008. Reconhece e regulamenta o uso pelo cirurgião-dentista de práticas integrativas e complementares à saúde bucal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Brasil.
- Evangelista, S. S., Sampaio, F. C., Parente, R. C., & Bandeira, M. F. C. L. (2013). Fitoterápicos na odontologia: estudo etnobotânico na cidade de Manaus. *Revista Brasileira de plantas mediciniais*, 15, 513-519.
- Feitosa, M. H. A., Soares, L. L., Borges, G. A., Andrade, M. M., & Costa, S. D. M. (2016). Inserção do conteúdo fitoterapia em cursos da área de saúde. *Revista Brasileira de Educação Médica*, 40, 197-203.
- Fontenele, R. P., Sousa, D. M. P. D., Carvalho, A. L. M., & Oliveira, F. D. A. (2013). Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(8), 2385-2394.
- Galvão, T.F., Pansani, T.S.A., Harrad, D. (20015). Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA. *Epidemiol Serv Saude*, 24(2), 335-342.
- Gratão, L. H. A., Rondelli, G. P. H., de Sousa Silva, P. V., Souza, G. S., Schott, E., de Medeiros Moreira, R. A., & Do Nascimento, G. N. L. (2015). Análise situacional das hortas comunitárias do município de Palmas, Tocantins, Brasil: uma visão etnofarmacológica. *Revista Cereus*, 7(2), 42-42.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística. (2018). Censo Brasileiro de 2018. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Lins, R., Vasconcelos, F. H. P., Leite, R. B., Coelho-Soares, R. S., & Barbosa, D. N. (2013). Avaliação clínica de bochechos com extratos de Aroeira (*Schinus terebinthifolius*) e Camomila (*Matricaria recutita* L.) sobre a placa bacteriana e a gengivite. *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, 15(1), 112-120.
- Machado, A. C., & Oliveira, R. C. D. (2014). Medicamentos Fitoterápicos na odontologia: evidências e perspectivas sobre o uso da aroeira-do-sertão (*Myracrodruon urundeuva* Allemão). *Revista Brasileira de Plantas Mediciniais*, 16, 283-289.
- Maia, M. F. G., & Viana, R. H. O. (2019). Plantas medicinais, povos quilombolas, indígenas e tradicionais: a pesquisa etnobotânica sobre o Tocantins, Brasil. *Rev Bras Plantas Med.*, 21, 248-252.
- Martins, M. L., dos Santos, K. M., & do Nascimento, G. N. L. (2020). Levantamento etnofarmacológico das plantas medicinais utilizadas no município de Tocantinópolis-TO. *DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins*, 7(Especial), 144-151.
- Pereira, M. D. G. S., & Coelho-Ferreira, M. (2017). Uso e diversidade de plantas medicinais em uma comunidade quilombola na Amazônia Oriental, Abaetetuba, Pará. *Biota Amazônia*, 7(3), 57-68.
- Plácido, A. L., de Moraes, K. C. S., da Silva, C. P., & Tavares, F. M. (2019). Percepção dos gestores das unidades básicas de saúde sobre as práticas integrativas e complementares. ID on line. *Revista de psicologia*, 13(43), 865-872.
- Reis, L. B. M. D., Farias, A. D. L., Bollella, Â. D. P., Silva, H. K. M., Canuto, M. Í. C., Zambelli, J. D. C., & Freire, M. D. C. M. (2014). Conhecimentos, atitudes e práticas de Cirurgiões-Dentistas de Anápolis-GO sobre a fitoterapia em odontologia. *Revista de Odontologia da UNESP*, 43, 319-325.
- Ribeiro, E. L. U., & Gonçalves, E. G. R. (2013). Uso de plantas medicinais e conduta terapêutica utilizadas por idosos de uma unidade básica de saúde do município de Gurupi-Tocantins. *Revista de Atenção à Saúde*, 11(37), 24-30.
- Silva, A. S. P., & Feitosa, S. T. (2018). Revisão sistemática evidencia baixo nível de conhecimento acerca da política nacional de práticas integrativas e complementares por parte de gestores e profissionais da saúde. *VITTALLE-Revista de Ciências da Saúde*, 30(1), 105-114.
- Silva Júnior, E. J., de Santana, R. J., da Silva Filho, N. J., de Abreu, L. M., Melo, A. P., de Oliveira Sabino, M. E. B., ... & de Andrade Veras, S. R. (2021). Evidências do uso de fitoterápicos na odontologia: Uma revisão de literatura. *Research, Society and Development*, 10(10), e113101018167-e113101018167.
- Simonetti, P. A. D. C. (2019). Sistema de Avaliação do Potencial para Inovação de Biomoléculas. In: *BIOMOL: da biodiversidade Amazônica a fármacos*.
- Souza, R.C. & Batista, F.E.B. (2012). Política Pública de Saúde no Brasil: História e Perspectivas do Sistema Único de Saúde SUS. In: *VII Congresso Norte e Nordeste de Pesquisa e Inovação*, Palmas, TO.
- Souza Júnior, M. C., Scapin, E., Pimenta, R. S., Silva, M. H. T., Fernandes, R. M. N., Trevisan, M. & Nascimento, G. N. L. (2020). Levantamento etnofarmacológico de plantas medicinais no município de Palmas-TO. In: Guarda, P. M., Da Silva, C. A. (Org.), *Biodiversidade e biotecnologia no cerrado tocantinense* (1, pp. 91-108): CRV.
- Varoni, E. M., Lodi, G., Sardella, A., Carrassi, A., & Iriti, M. (2012). Plant polyphenols and oral health: old phytochemicals for new fields. *Current medicinal chemistry*, 19(11), 1706-1720.